

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT17.032

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Marcos Aurélio Dornelas¹

RESUMO

Partindo do suposto de que a educação patrimonial envolve processos pedagógicos que visam à compreensão do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e formação de identidade, este trabalho tem por objetivo colocar em foco os benefícios e desafios da aproximação entre arquivo e escola nos processos de ensino-aprendizagem. A educação patrimonial que ocorre nos espaços formais de educação, notadamente a escola, se revestem de novos significados e sentidos quando apoiados por processos que envolvem o uso de documentos históricos para promover a compreensão da cultura e história local, engajando a comunidade escolar na valorização do patrimônio material e imaterial. A parceria entre arquivo e escola foi posta em ação por meio do projeto Arquivo na Escola, promovido pelo Arquivo Público de Pernambuco no ano de 2024 em escolas dos municípios de São Lourenço da Mata e Recife. O trabalho visou levar à estudantes de escolas de Ensino Médio a história política de sua cidade sob o ponto de vista de documentos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS (1935-1989). Foram apresentados e analisados junto aos estudantes documentos sobre repressão e resistência democrática com foco na história local, fazendo com que temas aparentemente distantes da vida dos estudantes pudessem ver pensados sob

1 Coordenador de Acervos Digitais do Arquivo Público de Pernambuco. Doutor em Sociologia (UFPE) com Pós-Doutorado em Educação, madornelas@gmail.com.

um ponto de vista das comunidades políticas locais. Como resultados, observamos por parte dos estudantes o aumento do interesse por temas históricos e sociológicos, a busca por melhor apreensão dos impactos de políticas macrossociais na vida das cidades e das pessoas e ainda a compreensão da relação entre o passado e o mundo atual, de forma significativa e crítica.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Arquivo Público, Ensino-aprendizagem

INTRODUÇÃO

A educação patrimonial visa à compreensão do patrimônio cultural de um povo, de uma nação como fonte de conhecimento e de participação cidadã. Por meio de uma educação patrimonial se estimula a formação de identidades ancoradas em valores coletivos que gerem não somente coesão social, mas principalmente respeito às diferenças e aos pressupostos democráticos.

Processos pedagógicos e didáticos são necessários para se atingir esses objetivos, já que eles não se dão num vácuo de conhecidos, são fruto sim de saberes construídos ao longo de um processo histórico, no mais das vezes de longo e médio prazo. Ainda que aqui se apresente um trabalho de curto prazo, ele está inserido em projetos maiores, fundados na atuação de docentes engajados em práticas educativas que visam a construção da autonomia e da identidade dos estudantes.

Um processo de alfabetização cultural, não difere em muito de outros processos de alfabetização, como os da área da linguagem ou da matemática. Na verdade, eles se comunicam e complementam. Como se pode depreender, não acontecem somente na escola. Os processos de alfabetização e letramento do/no mundo cultural, são melhor compreendidos quando ancorados em processos de leitura de mundo, à maneira preconizada por Paulo Freire (1989). É Freire que nos adverte: “ a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (Freire, 1989, p.9)

Levando essa perspectiva para o campo da História, buscamos destacar alguns pontos que se articulam e se complementam no fazer pedagógico quando se trabalha o conhecimento da história local na perspectiva da educação patrimonial. Primeiro, busca-se com ações como a que realizamos a superação de uma visão eurocêntrica da história e uma superação da visão tradicional da história, que muito se preocupa com

datas e pretensos heróis e pouco trata dos contextos e da vida das pessoas tidas comuns.

Segundo, valoriza o conhecimento de mundo dos estudantes. Não trata a história como um elemento estranho e distante da vida das pessoas concretas e reais, justamente ao contrário, por tratar de forma dinâmica com documentos primários, busca demonstrar que história está viva, porque sempre está sendo revisitada e recontada. Além disso, funda-se no cotidiano e na realidade próxima ao olhar para o passado.

Terceiro, pretende conectar a linguagem com a realidade, de modo a ser inteligível e compreensível, desenvolvendo a consciência crítica e o protagonismo, na medida em que os estudantes passam a se ver na história, já que sua cidade, seu bairro e até sua escola aparecem nos documentos. Isso é possível justamente porque lidamos com uma massa documental acumulada ao longo de mais de 70 de existência do principal acervo utilizado nas atividades que aqui fazemos o relato da experiência: o acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social, da Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco.

Partindo do suposto de que a educação patrimonial envolve processos pedagógicos quem visam à compreensão do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e formação de identidade, este trabalho tem por objetivo colocar em foco os benefícios e desafios da aproximação entre arquivo e escola nos processos de ensino-aprendizagem. Essa aproximação entre instituições aparentemente distantes começa com a saída do Arquivo de seu lugar conforto, para colocar de uma forma mais direta. Isso porque ao arquivo, quando visto de uma maneira tradicional, compete receber, catalogar e guardar documentos e facilitar o acesso documental a pesquisadores e consulentes, de modo geral. Mas não está posto, numa perspectiva mais tradicional da instituição, a promoção e difusão de seu acervo seja em exposições e trabalhos pedagógicos locais, muito menos em ações externas, que levem informação e que participe da produção de conhecimento nas instituições escolares.

Quando essa barreira é superada, a educação patrimonial que ocorre nos espaços formais de educação, notadamente a escola, se revestem de novos significados e sentidos quando apoiados por processos que envolvem o uso de documentos históricos para promover a compreensão da cultura e história local, engajando a comunidade escolar na valorização do patrimônio material e imaterial.

A parceria entre arquivo e escola foi posta em ação por meio do projeto Arquivo na Escola, promovido pelo Arquivo Público de Pernambuco no ano de 2024 em escolas dos municípios de São Lourenço da Mata e Recife. O trabalho visou levar à estudantes de escolas de Ensino Médio a história política de sua cidade sob o ponto de vista de documentos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS (1931-1990). Foram apresentados e analisados junto aos estudantes documentos sobre repressão e resistência democrática com foco na história local, fazendo com que temas aparentemente distantes da vida dos estudantes pudessem ser pensados sob um ponto de vista das comunidades políticas locais.

METODOLOGIA

O caminho metodológico que nos levou a realização do projeto 'Arquivo na Escola' está pautado numa construção afetiva. A pessoa que aqui escreve trabalha no Arquivo Público, daí termos acesso facilitado ao material consultado e levado às escolas. Todo o acervo da extinta DOPS, entretanto, está disponível a qualquer cidadão que deseje melhor conhecer a nossa história recente. Trata-se de um conjunto documental que abarca, e inclusive supera em abrangência as duas ditaduras que o Brasil viveu, a ditadura Vargas, também conhecida como Estado Novo, iniciada com o golpe de Estado em 1937 e finda em 1945, e a ditadura civil-militar, iniciada com o golpe de 1964 e que perdurou até 1985.

Supera os dois períodos ditatoriais, porque, apesar de a DOPS existir oficialmente a partir de 1935, sua ação, ainda que com outra nomenclatura, já havia iniciado em 1931, com a Sessão de Ordem Política e Social,

criada junto com a Secretaria de Segurança Público do Estado. Em 1934, torna-se Inspetoria de Ordem Política e Social, a partir de 1935, após o Levante Comunista de novembro, que teve importante desdobramento em Pernambuco, emerge, finalmente a DOPS. O aparelho repressor continuou em funcionamento, mesmo com o início do processo de democratização a partir de 1985. Há no acervo documentos de 1990, ou seja, a ditadura acabou, mas a Delegacia sobreviveu ainda por mais cinco anos.

Todo esse acervo é importantíssimo para realização de pesquisas acadêmicas que pretendem trazer à tona a memória e a verdade histórica daquele período e para os processos judiciais que buscam reparação em relação aos atos ilegais cometidos contra cidadãos por parte de agentes públicos a serviço do Estado Brasileiro. Nosso foco aqui, por outro lado, é procurar demonstrar com esse acervo pode apoiar ações pedagógicas e mover ações de ensino-aprendizagem pautados numa educação patrimonial, numa apropriação por parte de estudantes e docentes de nossa história. É a ação de olhar para o Acervo da DOPS e reconhecer nossa ação nesse processo de repressão e de resistência democrática enquanto indivíduos e enquanto povo.

A escolha das escolas às quais constituíram nosso campo de intervenção junto com professores e estudantes também levou em conta critérios puramente afetivos. A primeira delas foi a Escola de Referência em Ensino Médio Senador Paulo Pessoa Guerra, uma escola da Rede Estadual de ensino, escolhida por ter sido a instituição de ensino onde fiz o Ensino Médio. Voltar à escola para debater com colegas e estudantes um assunto tão sensível e representativo foi uma dupla volta no tempo, em nível pessoal e coletivo. As outras duas escolas onde realizamos o trabalho de pesquisa e intervenção são duas instituições de Ensino Médio perto de minha residência, são escolas que conheço as docentes que atuam com o componente de História e tenho laços afetivos com a equipe pedagógica. Foram as escolas de Referência Em Ensino Médio Conde Corrêa de Araújo e a Escola de Referência em Ensino Médio Professor Agamenon Magalhães.

Trabalhamos, nos três casos, com estudantes do Ensino Médio e com professores do componente de História. Fizemos as intervenções por meio de palestras interativas realizadas no turno da manhã, em todos os casos. A Escola Paulo Guerra, fica na cidade do Recife, no bairro de Tejipio. As Escolas Conde Corrêa de Araújo e a Professor Agamenon Magalhães ficam na cidade de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife.

Contamos com o apoio do professor Alexandre Robson de Oliveira, professor-formador da Gerência Regional Metropolitana Sul, que nos ajudou a vencer a necessária burocracia para a realização dos trabalhos nas escolas. Do mesmo modo nos apoiaram os professores e professoras das escolas além das suas equipes gestoras.

Selecionamos o material de trabalho levando em conta as especificidades das cidades. Recife, por ser a capital possui mais material a ser trabalhado. Por conta disso, no caso da Escola Senador Paulo Guerra, nosso recorte visou compreender a relação entre DOPS e pessoas presas que residiam ou tinham atuação política no bairro de Tejipio, e instituições presentes no mesmo bairro.

Já para o caso das escolas em São Lourenço da Mata exploramos os prontuários da DOPS que faziam referência a instituições locais, como a Usina Tiúma, Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade e pessoas presas por atuação política na cidade.

Quando nos referimos a prontuários é preciso ficar claro que no Acervo DOPS há três tipos de documentos. Os prontuários Individuais, que se referem as fichas das pessoas presas, documentos e objetos pessoais apreendidos com elas, cópias dos depoimentos prestados e os trâmites que essa pessoa sofreu ao longo do tempo em termos das prisões e perseguições sofridas. Já os prontuários Funcionais se referem a documentos relacionados a instituições de diversos tipos, desde universidades, escolas, sindicatos, grupos recreativos, religiosos etc. Há ainda Prontuários Administrativos, que dão conta do fluxo documental da DOPS e seus funcionários: são comunicações internas, ofícios e fichas funcionais.

Definidos os parâmetros e dados levantados, a intervenção pedagógica se deu nas escolas por meio de palestras, realizadas no ano de 2024, que contaram com ampla participação dos estudantes e corpo docente das escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na apresentação e discussão dos resultados optamos por dividir os resultados por escola, já que cada experiência foi única. Seguiremos a cronologia de intervenção nas escolas. Assim, começaremos pela Escola Senador Paulo Guerra. A instituição, por ser relativamente jovem, não tem referências nos prontuários da DOPS. Entretanto, ela é vizinha de uma instituição educacional mais antiga, carregada de história e símbolo de arquitetura na cidade, a Escola Alberto Torres, que aparece na Figura 1.

Figura 1: Escola Rural Alberto Torres, Tejipió, projeto de Luiz Nunes em 1935. Foto Benício Dias, 1950. Acervo Fundação Joaquim Nabuco



A Escola Paulo Guerra foi construída em terreno que antes fazia parte da Escola Rural Alberto Torres. Hoje em dia essa área não tem mais característica rural, é um bairro em franca expansão imobiliária. Mas, em 1942,

no contexto da II Guerra Mundial, toda a região era uma área rural e afastada do centro da capital.

Uma professora do curso de Especialização em Trabalhos Manuais, da Escola Alberto Torres chamou atenção da DOPS. Ela era a freira alemã Hami Frid, do Convento de Timbaúba, cidade 100 km distante do Recife. Segundo relato do investigador nº17, que vemos na figura 2, ela era suspeita de espionagem, pois recebia muitas cartas, inclusive em alemão e tinha comportamento estranho.

É bastante provável que a freira tenha sido alvo de denúncia por parte dos próprios colegas da escola, pois o investigador escreve que ‘foi informado’ em relação aos fatos que narra, não há indícios de que ela sequer tenha sido conduzida para prestar esclarecimentos na delegacia, já que seu nome não consta na lista de pessoas fichadas e presas nos prontuários individuais.

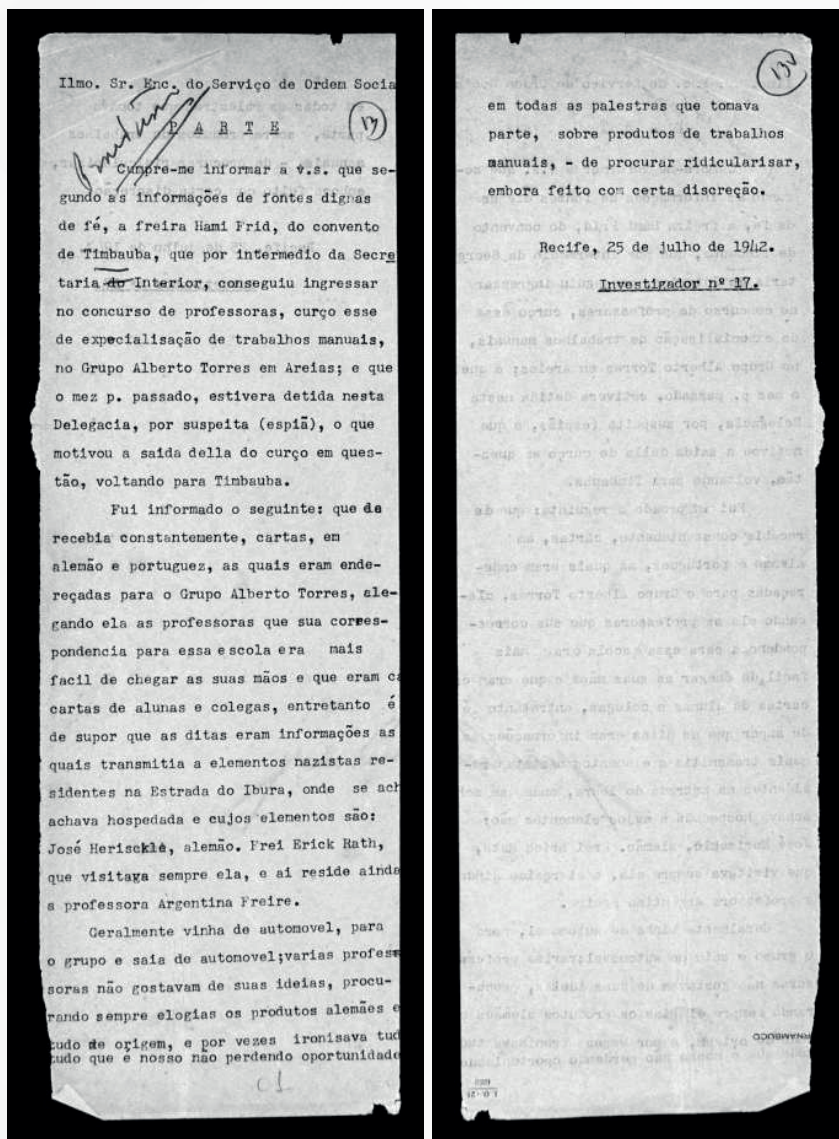
Havia outra denúncia, essa sobre o convento em Timbaúba, de que lá haveria aparelhos telegráficos, tipo ‘morse’. Aqueles foram tempos difíceis, e essa tensão que pesava sobre o meda da guerra, chegou aos estudantes que ficaram curiosos sobre a atuação dos alemães no Brasil e particularmente em Pernambuco. Eles ficaram surpresos por saber que houve por aqui um partido nazista, que foi reprimido e fechado pela ação da DOPS. O assunto foi notícia na imprensa local, conforme vemos na figura 3.

Procuramos chamar a atenção dos estudantes para o fato de que o fechamento do partido foi em 1938, mas a divulgação em jornal, é de 1942, ano em que o Brasil entraria na guerra contra a Alemanha. É um exemplo na história local de que a ditadura de Vargas promovia uma prática dúbia em relação aos Estados Unidos da América e os países do Eixo.

Nas escolas da cidade de São Lourenço da Mata, além do contexto geral do papel institucional do Arquivo Público no âmbito da preservação da memória e da história em Pernambuco, focamos nas ditaduras e no impacto na cidade. Visando aproximar os estudantes deste patrimônio não tangível, que é a história e a memória presente nos Arquivos e que

pertence a todos nós. Cabe nos apropriarmos dessa memória e dessa história como nossa.

Figura 2: Relato do Investigador da DOPS sobre professora do Alberto Torres. Acervo DOPS. FUN10028. APEJE.



Em São Lourenço Mata havia uma usina, que chegou a ser a maior em produção no estado, a Usina Tiúma, possuía vila operária com uma significativa vida social, pois contava com cinema, posto médico, igreja

e escolas próprias para os funcionários da empresa. Havia, quase que por consequência dessa vida social relativamente segura, um rigoroso controle por parte dos proprietários e gerentes da Usina, os funcionários eram constantemente vigiados e controlados.

Figura 3: Notícia no Periódico A Vanguarda, Recife. 24 de março de 1942. Acervo DOPS. FUN10028. APEJE.

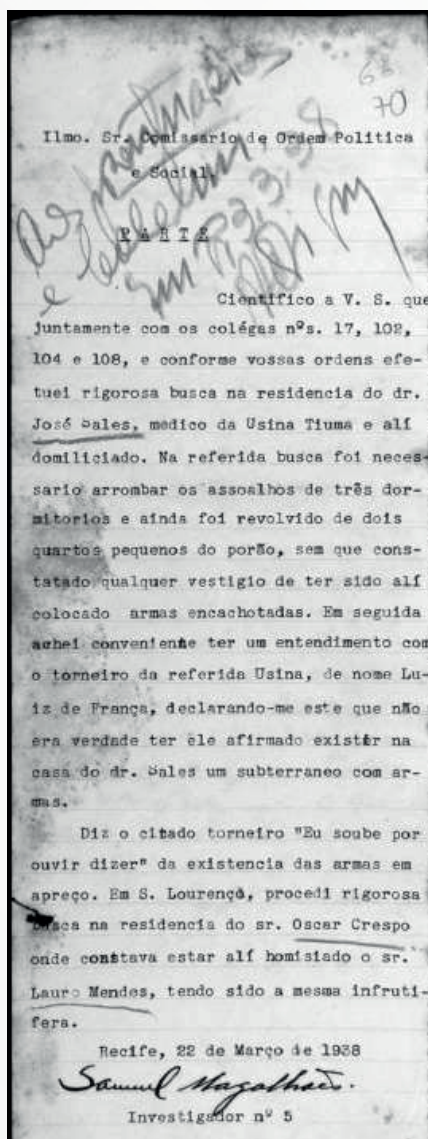


Esse controle estimulava o denunciamento, um clima tenso que fazia com que toda a segurança parecesse em suspenso. Esse clima refletia o próprio momento político do século XX, que opunha liberalismo e socialismo. A caça aos comunistas era o tom político na maioria dos países ocidentais. Como sabemos, esse clima só irá pior após a segunda guerra mundial, com o que ficou conhecido como guerra fria. (HOBSBAWM, 1995)

O exemplo apresentado na figura abaixo, deixa claro que bastava haver uma denúncia para que a casa de uma pessoa fosse revirada, como aconteceu com José Sales. A denúncia partiu de alguém que ouviu falar,

como informa o investigador, que havia armas em sua casa. Quando nada se constatou, o próprio denunciante vira alvo da investida policial, gerando um ciclo de segurança vigiada e de medo constante.

Figura 4: Denúncia contra José Sales.
Acervo DOPS. FUN291. APEJE.

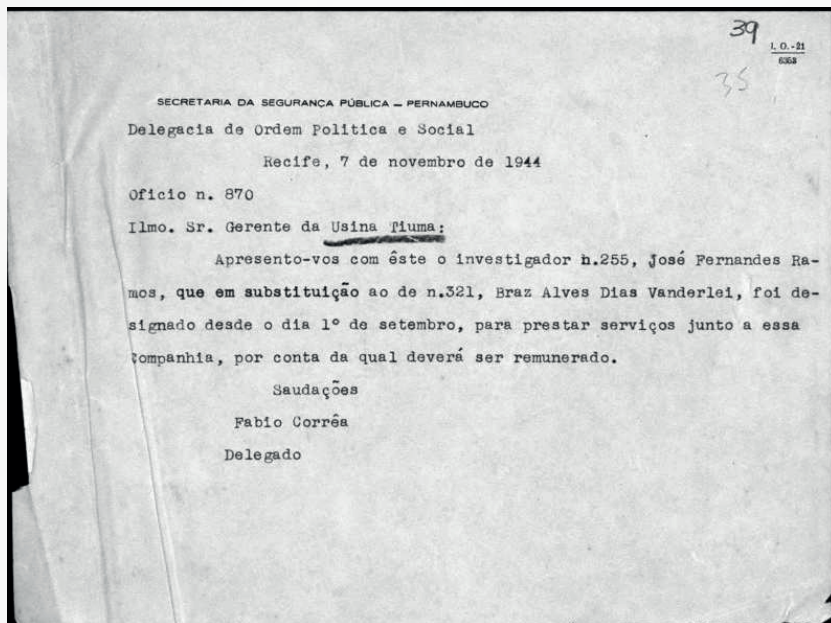


Tiúma não era propriamente um distrito, nem mesmo um bairro, era tratada como um empreendimento privado, no qual se controlava



o acesso de pessoas não gratas. Havia inclusive investigadores da DOPS destacados especialmente para acompanhar o cotidiano na Usina. Essas pessoas eram funcionários da Delegacia, mas recebiam remuneração da Usina Tiúma.

Figura 5: Investigador destacado para atuar na Usina Tiúma.
Acervo DOPS. FUN291. APEJE.

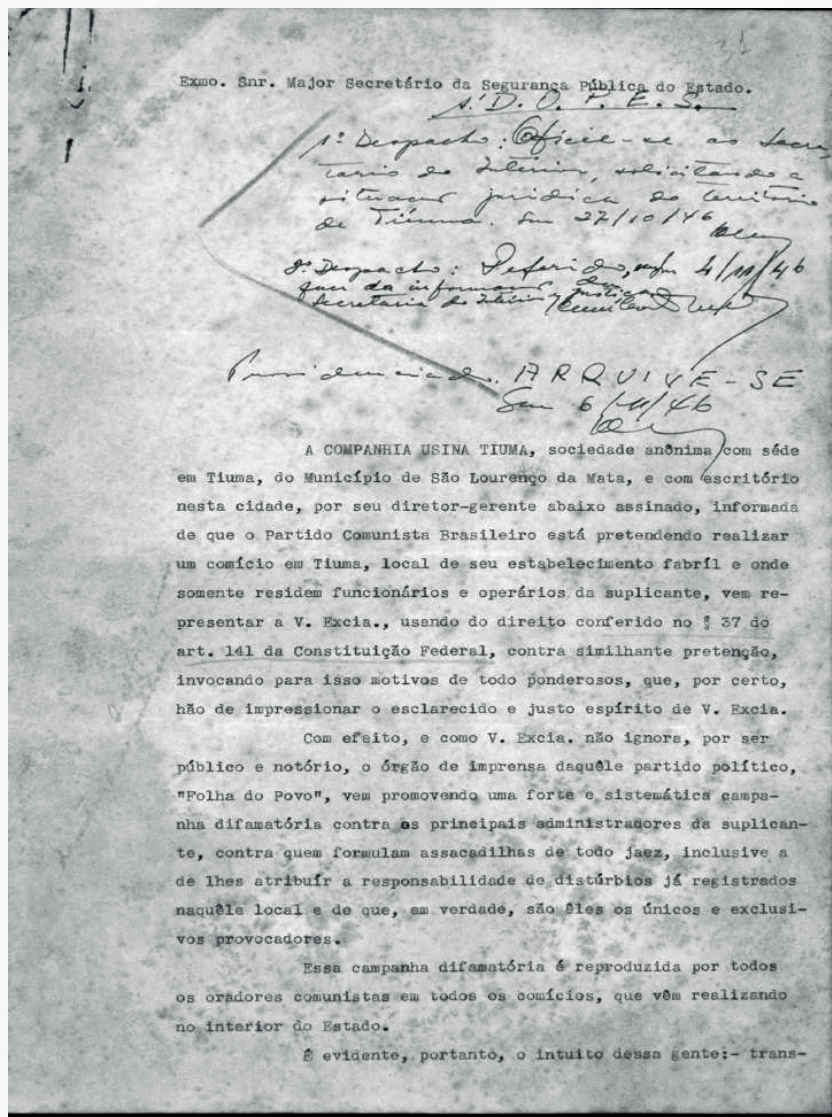


O extremo controle se expressa quando os gerentes da Usina escrevem ao Secretário de Segurança Pública intencionando evitar a realização de Comício na vila operária, como podemos ver na figura abaixo. O pedido foi deferido, como se nota pelo despacho feito à mão, na parte superior à direita.

Mostramos aos estudantes o documento no qual consta a resposta do Secretário de Interior e Justiça sobre como a Usina Tiúma era considerada, se um bairro, um distrito etc. A resposta foi categórica: Tiúma era um centro industrial e não propriamente uma vila no sentido jurídico-administrativo.

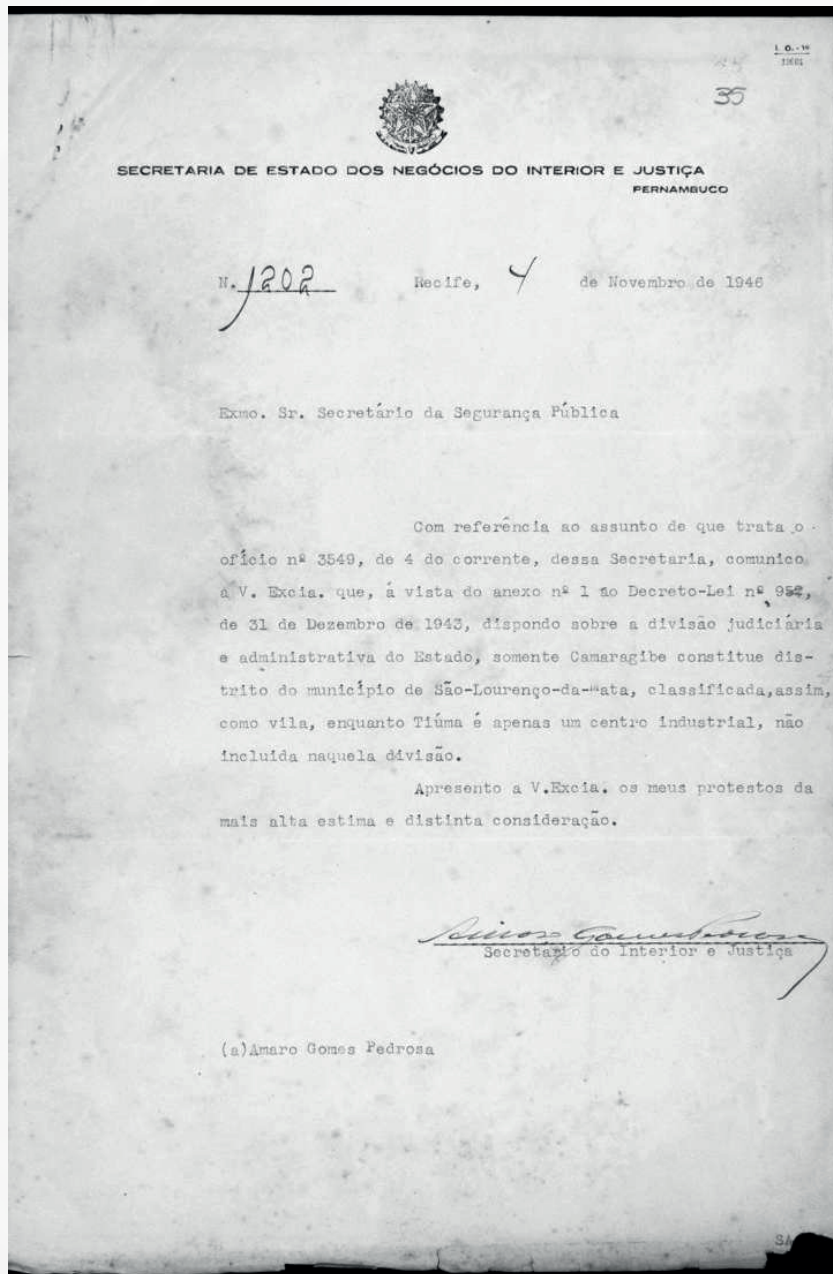


Figura 6: Ofício da Usina Tiúma ao Sec. de Seg. Pública. Recife, 29 de outubro de 1946. Acervo DOPS. FUN291. APEJE.



Procuramos mostrar aos estudantes que o lugar que eles conhecem como um bairro da cidade que residem, era altamente controlado e vigiado. Alguns nos referiram que os pais e avós trabalharam na Usina Tiúma, e que falavam do clima de tranquilidade e de aparente segurança, mas reclamam da forma como a Usina entrou em falência, e a maneira como foram tratados após o processo. A segurança aparente era gerada pelo controle e isso, claro tinha um preço.

Figura 7:. Resposta do Sec de Interior e Justiça ao Sec de Seg Pública. 4 de nov. de 1946. Acervo DOPS, FUN981, APEJE



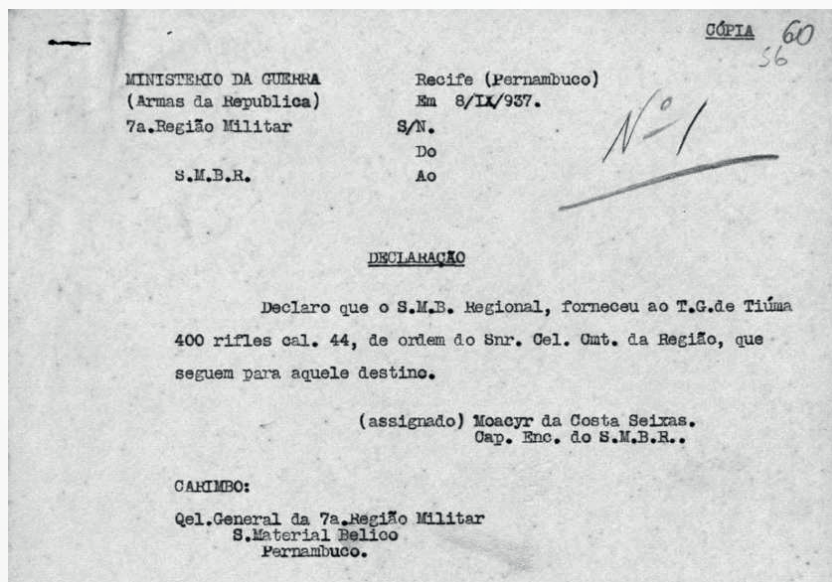
Outra história que levamos ao conhecimento dos estudantes e que também teve ampla participação deles, foi a participação da Usina Tiúma nos eventos do golpe de 1937. Pode se dizer que foi mais uma forma de demonstrar a articulação da História, com H maiúsculo, que se aprende



na sala de aula – mas que parece desconectada com a realidade dos estudantes – com a vida cotidiana e com lugares que estão ao alcance de todos os estudantes.

Conforme consta nas figuras 8 e 9, o então proprietário da Usina Tiúma, Fileno de Miranda, recebeu do exército brasileiro 400 rifles calibre 44, 13.393 cartuchos para rifle 44 e 4.000 cartuchos para rifle Calibre 38, caso fosse necessário, pegar em armas para defender o golpe de 10 de novembro de 1937. Como não houve resistência significativa, os rifles e a munição foram devolvidas em 22 de dezembro de 1937.

Figura 8: Declaração de fornecimento de rifles à Usina Tiúma.
Acervo DOPS, FUN 981. APEJE.



MINISTERIO DA GUERRA
(Armas da Republica)
7a. Região Militar

S.M.B.R.

Recife (Pernambuco)
Em 8/IX/1937.
S/N.
Do
Ao

DECLARAÇÃO

Declaro que o S.M.B. Regional, forneceu ao T.G. de Tiúma
400 rifles cal. 44, de ordem do Snr. Cel. Com. da Região, que
seguem para aquele destino.

(assignado) Moacyr da Costa Seixas.
Cap. Enc. do S.M.B.R.

CARIMBO:
Cel. General da 7a. Região Militar
S. Material Belico
Pernambuco.

CÓPIA 60
56

Nº 1



Figura 9: Declaração de fornecimento de munições à Usina Tiúma. Acervo DOPS, FUN 981. APEJE.

CÓPIA 6]
57

BRIGADA MILITAR DE PERNAMBUCO
Assistencia do Material

Nº 2

VISTO
Cap. Feliciano
Chefe

Nota de Entrega n. 219. talão nº 3.

Recife 4 de Dezembro de 1937

Fornecimento para a Usina Tiúma em virtude de ordem verbal do Sr. Cel. Comte. da Brigada

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	TOTAL
13.393	cartuchos para rifle Cal. 44		
4.000	cartuchos para rifle Cal. 38.		

Recebi o material constante desta nota
Recife, 4.12.37
(assignado) F. Miranda.

(assignado) 1º Tte. Amaro R. Barbosa
almoxarife.

Ao final do trabalho, nas três escolas era patente que a História vista nos livros e nas aulas poderia ser mais tangível e próxima dos estudantes. Eles se reconheciam nas ações que narramos e analisamos com base no acervo da antiga DOPS. Deixamos claro aos estudantes que esse é apenas um dos vários conjuntos documentais do Arquivo Público, que cabe a eles e elas, também se apropriarem desse repositório de memória. É tarefa de todos nós conhecermos e ressignificar nossa história e nosso patrimônio.

Os documentos públicos são uma fonte essencial de aulas fundadas numa perspectiva de patrimonialidade. Os documentos públicos, como os aqui mostrados, comprovam fatos e são parte da memória de nosso povo. A preservação desses acervos públicos está previsto na Constituição Federal de 1988 e nas normas do CONARQ, o Conselho Nacional de Arquivos, por meio de várias normas que regulam o fazer arquivístico.

Mesmo documentos sensíveis, como os da DOPS, que tratam por vezes de perseguições, torturas e documentos considerados antes sigilosos e reservados hoje têm sua acessibilidade franquiada a qualquer cidadão, direito garantido e regulamentado pela Lei de acesso a informação (BRASIL, 2011)

Resta observar, a partir da ação realizada e aqui narrada e analisada, que o papel dos arquivos públicos é maior que apenas a guarda de acervos. Quando faz essa tarefa, as instituições arquivísticas já estão executando uma tarefa imprescindível, diga-se de passagem. Mas, quando rompe os limites impostos pela burocratização e adentra outros espaços, notadamente os espaços pedagógicos tradicionais, como as escolas e participa ativamente para que o papel de ambas as instituições seja ressignificado, ganha a sociedade como um todo, que passa a conhecer e se reconhecer em seu patrimônio cultural e material. Ou, como costumamos dizer: o arquivo deixa de ser morto – como supõe o senso comum – e a escola ganha nova vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados, observamos por parte dos estudantes o aumento do interesse por temas históricos e sociológicos, a busca por melhor apreensão dos impactos de políticas macrossociais na vida das cidades e das pessoas e ainda a compreensão da relação entre o passado e o mundo atual, de forma significativa e crítica.

Em tempos de uma modernidade perniciosa, para usar uma expressão valorativa, levar reflexão histórica e memorialística à escola é das melhores contravenções possíveis. Para não correremos o risco de que a memória seja vista com uma história distante e fria, como coloca Nora (1993), essas ações precisam ser estimuladas e repetidas.

Novas intervenções estão programadas para o próximo ano, com diversas iniciativas. Uma delas deve levar às as escolas um outro acervo importantíssimo do Arquivo Público de Pernambucano, os jornais publi-

cados nas cidades do interior. É nosso intento que esses periódicos, feitos nas cidades e tento em conta sua vida social voltem – por meio de seus representantes digitais – para o lugar onde foram produzidos e que seus conteúdos revistam de significado o cotidiano escolar, por meio de aulas mais dinâmicas e ancoradas, antes de tudo no conhecimento do mundo próximo dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 08 nov. 2025.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. São Paulo: Revista Projeto História, ed. da PUC, 1993, v. 10, p. 7-28